

**EDIÇÃO 102**

# O caos na mais perfeita ordem

29 minutos de leitura

Compartilhe:



Roberto Mangabeira Unger, filósofo

O mundo está saindo da era da unipolaridade americana. Em substituição a ela temos o que poderíamos descrever como uma bipolaridade assimétrica. Os Estados Unidos ainda são de longe a potência mais dominante, mas a China agora é uma ameaça real ao predomínio norte-americano. Uma das características estranhas dessa bipolaridade assimétrica é a natureza das duas potências, canhestras e

solipsistas. Os Estados Unidos têm grande dificuldade em lidar com o mundo. Sempre tiveram. Mas agora, com essa assimetria, com esse desafio chinês, ficou mais claro. Os Estados Unidos estão cheios de aliados, de amigos, de parceiros, mas não estão em comunhão imaginativa com o resto da humanidade. Para explicar como é isso e por que é isso, é interessante comparar os Estados Unidos com o Brasil. O Brasil é o país do mundo mais parecido com os Estados Unidos, embora nem os norte-americanos nem os brasileiros reconheçam essa semelhança. Vamos começar pelos fatores óbvios e superficiais. São países de tamanho praticamente idêntico, um no Norte e outro no Sul, fundados na mesma base de povoamento europeu, com escravidão africana. São sociedades muito religiosas, as mais religiosas de seus respectivos tipos. Ao mesmo tempo são as sociedades mais desiguais dos seus tipos: os Estados Unidos, dos países ricos industrializados; o Brasil, dos grandes países em desenvolvimento. E paradoxalmente, em meio a essas tremendas desigualdades, a maioria das pessoas comuns continua a acreditar que tudo é possível.

Desde a fundação da democracia americana, a política exterior dos Estados Unidos repousa sobre duas premissas. A primeira é que os Estados Unidos exercerão no hemisfério ocidental uma hegemonia incontestável. O segundo princípio é que os Estados Unidos não permitirão que em qualquer região do mundo outra potência alcance uma hegemonia tão incontestável que, na base daquela hegemonia regional, possa buscar uma hegemonia mundial. Os Estados Unidos fazem dia e noite tudo que podem para impedir a China de consolidar uma hegemonia regional na Ásia e recrutam o Japão e a Índia para

cercar a China e assim por diante, tomando uma série de iniciativas que Bismarck, por exemplo, no século XIX, teria julgado insensatas e provocadoras e jamais teria tolerado. A não ser que já tivesse decidido fazer guerra contra aquela potência.

De um lado, temos essa potência dominante na bipolaridade assimétrica, com essas relações perturbadas com o resto da humanidade, como os Estados Unidos. E, do outro, temos a China, que na história moderna é uma potência singularmente despida de aliados e parceiros. Nunca houve isso, pelo menos na história dos últimos séculos, de uma grande potência inteiramente destituída de amigos e aliados. Quem são os aliados da China? São a Coreia do Norte, o Camboja e o Paquistão, em que toda elite paquistanesa gostaria de não ter aliados com a China, mas precisa da China. A Rússia sob a União Soviética representava uma ideia; a China não representa ideia alguma. Há dois ou três anos, eu passei uma semana na Escola do Partido, em Pequim, uma instituição muito importante. Xi Jinping, por exemplo, foi diretor da Escola do Partido antes de ascender à posição de secretário geral. Eu teria imaginado que a discussão lá seria de vertentes do marxismo, mas a única pessoa que falou em Marx fui eu. Portanto, temos duas potências, Estados Unidos e China, ineptas no seu poder de interagir com o resto da humanidade. A China sem mensagem alguma, e os Estados Unidos com uma mensagem que o resto do mundo não pode aceitar, por razões tanto conceituais quanto religiosas. Essa é a situação. O que mais impressiona é que o mundo está à busca de alternativas que parecem não existir. Portanto, está averbado sob o jugo de uma ditadura de não alternativas.

Em relação às instituições, a premissa dos americanos é: se há uma instituição boa ou uma maneira boa de organizar a democracia ou de organizar o mercado, foram eles, os americanos, que a inventaram. No Brasil, é o oposto: embora a nossa cultura popular seja muito original, a nossa cultura de elite é totalmente derivativa, imitadora, viciada na cópia; e as nossas instituições são todas copiadas, aliás a maioria copiada dos Estados Unidos. Por isso mesmo, é como roupa emprestada. Não nos serve bem. Agora, isso tudo é para explicar por que os Estados Unidos têm essa dificuldade em se comunicar. É como se fosse o extremo de um espectro das sociedades ocidentais ricas, a mais religiosa, a mais desigual, a mais isto, a mais aquilo. Por trás está o resíduo prático da ideia mítica do excepcionalismo americano, a ideia que os americanos têm de que há apenas dois tipos de países no mundo: os Estados Unidos e o resto. Essa é a natureza extremada deles.

Para compreender os Estados Unidos é preciso entender que não foi só um sistema econômico-político que evoluiu lá. Foi uma ideia, uma ideia suscitada pelos profetas americanos. A essência dessa ideia é que a pessoa, o indivíduo humano, não apenas está em contato, em comunhão com Deus, mas é Deus. Tanto assim que entre as correntes religiosas dos Estados Unidos, além do catolicismo e do protestantismo convencionais, há uma terceira corrente, a das religiões que os próprios americanos criaram, como os mórmons. A característica dessas religiões que os americanos construíram é que elas são centradas na ideia da divindade do indivíduo humano. Ele é um pequeno deus. A profecia americana, a mensagem desses profetas americanos, é que o indivíduo comum pode

ascender a um plano mais alto de vida, pode se divinizar. Nós nos tornamos mais humanos na medida em que nós nos tornamos divinos. Nossa divinização é a nossa humanização.



Essa mensagem profética desde o início sofreu duas máculas. A primeira é uma ideia, errada a meu ver, da relação entre autoconstrução e solidariedade. A ideia é que elas são separadas. O inimigo se torna forte, rico, próspero e, depois, generoso. Ele não se autoconstrói, ele não se constrói por meio das conexões, por meio da solidariedade. É um pequeno Napoleão que coloca a coroa na própria cabeça. A segunda mácula na mensagem profética é a idolatria institucional, a ideia de que há instituições de inspiração divina, a forma canônica da economia do mercado e a forma canônica da democracia que eles americanos inventaram, e idolatram esse arcabouço institucional. Um cristão em princípio deveria repudiar a idolatria institucional. A visão do cristão e que todos os acertos mundanos são efêmeros, e essa idolatria é uma heresia cristã, porque ela é a negação dessa ideia. Então, aí estão os americanos, com essa mensagem muito radical, muito excepcional, muito estranha, que dificulta um trânsito com o resto da humanidade.

Precisamos acrescentar uma vertical nesse cenário das relações geopolíticas: o elemento especificamente econômico. Até o final do século XX, a teoria do desenvolvimento pregava que havia um atalho ao desenvolvimento econômico. Esse atalho era a indústria convencional, como aquela que se instaurou no sudeste do Brasil, em São Paulo, em

meados do século passado. Era como se fosse um kit de técnicas, máquinas e métodos que podiam ser juntadas, colocadas em um avião e levadas para outro país. Usando aquele kit, um país conseguiria crescer rapidamente. Para a indústria convencional, quase nenhuma educação era necessária. O requisito era que o trabalhador pudesse interpretar instruções numéricas ou verbais, que tivesse disposição para obedecer a ordens. Essa antiga vanguarda está em franco declínio no mundo todo. O Brasil é apenas um dos países que se desindustrializaram mais rapidamente. Nós teríamos de ter uma alternativa. Qual é a alternativa? Seria a nova vanguarda, a qual chamamos de economia do conhecimento. Ela não é apenas a manufatura avançada que nós identificamos com as plataformas poligoponizadas do Vale do Silício. A economia do conhecimento existe em todos os setores, nos serviços intelectualmente densos e na própria agricultura científica de precisão, além da manufatura avançada. A ascensão dela coincide com o enfraquecimento da divisão entre os setores, porque afinal de contas a manufatura avançada consiste em serviços intelectuais cristalizados. A maioria dessas empresas nem tem estrutura física, não tem fábricas. Elas terceirizam a produção para trabalhadores e empresas em outras partes do mundo. Essa nova economia do conhecimento é multissetorial. Trata-se de um vanguardismo insular, que exclui na forma predominante que está tomando.

Nessa natureza excludente que assume, a economia do conhecimento coincide com a precarização crescente de uma parte cada vez maior da força de trabalho, não só nos países mais ricos, mas também nos países em desenvolvimento. Então, o dilema que está afligindo o mundo – e



economia do conhecimento encontram uma  
essa produtivo: a parte criativa e lucrativa fica

para elas e a parte rotineira é, então, subcontratada, terceirizada para empresas e equipes em outras partes do mundo.

A alternativa a essa situação seria uma forma includente da economia do conhecimento, mas essa forma includente não existe nem nos países mais ricos, com as populações mais educadas. Como, então, imaginar que possa existir no resto do mundo? Esse é o dilema. O antigo caminho não é mais caminho, e o novo caminho parece inacessível. Nós teremos de descobrir uma maneira de transformar a tarefa aparentemente inexecutável, de organizar uma economia inclusiva do conhecimento, em executável, desdobrando-a em partes, em etapas, para torná-la factível.

O Brasil não se aflige com esse dilema imposto pela economia do conhecimento porque nós encontramos um caminho fácil, uma maneira de resolver o problema temporariamente: o agronegócio. Ou, de forma mais geral, a agricultura, a pecuária e a mineração. Elas pagam as contas. Estamos fazendo o que sempre fizemos em nossa história nacional, desde os ciclos do pau-brasil, do ouro, do diamante, da borracha, do café e assim por diante: permitir que a riqueza fácil da natureza substitua a riqueza difícil da inteligência. Construímos um modelo de desenvolvimento baseado no descasamento entre a inteligência e a natureza, não no casamento entre a inteligência e a

natureza. Então, assistimos, do balcão, a esse drama que a humanidade está vivendo. E o Brasil segue sem entender esse drama mundial, esse novo dilema, e, pior, com desinteresse em enfrentá-lo.

Nós não absorvemos o ensinamento de que só a inteligência salva. Sempre procuramos o caminho fácil. O Estado brasileiro tem, desde a época do corporativismo Vargas, uma série de instituições paraestatais, como a Embrapa, o Senai, o Senac, o Sebrae, os bancos públicos de desenvolvimento, que poderiam ser recrutadas, apesar dos seus vícios, para essa obra de começar a construir parte por parte e etapa por etapa o caminho para a economia do conhecimento. O que nós não temos é esse projeto. Nós temos essas ferramentas institucionais que, por falta de projetos, se pervertem e servem, então, ao clientelismo, à manipulação política. Elas teriam grande potencial se fossem usadas a serviço desse projeto nacional. Talvez o único outro Estado do mundo com esse conjunto de instrumentos no Ocidente seja a Alemanha. Nós não podemos nos eximir de responsabilidade, não podemos nos desculpar dizendo que ainda não temos as ferramentas. E, repito, temos essa atração fatal pelas soluções fáceis, e o mais fácil de tudo é a natureza. Isso está espelhado no perfil do nosso comércio com a China. Há 60, 70 anos, o PIB do Brasil era maior do que o da China. Agora é uma fração ínfima do PIB da China. Nós lotamos um navio de soja não transformada e outro de minério de ferro não transformado e enviamos para a China. Na viagem de volta desse mesmo navio, recebemos todos os produtos da inteligência humana. Péssimo negócio para o Brasil. Enquanto isso, a nossa elite, a parte que não está resignada ao marxismo encolhido e formuláico é de imitação do pensamento americano das

ciências. Então nas nossas elites intelectuais tempos um marxismo acabrunhado e encolhido e a cópia das ciências sociais americanas, sobretudo na economia, ou seja, é a expressão acadêmica do colonialismo mental. Antes de podermos construir um caminho que aponte rumo, não só para nós, mas para o mundo, teríamos de ter essa rebeldia imaginativa. E não temos.

Vejamos o caso da Amazônia. Fala-se de forma superficial em desenvolvimento sustentável. O que é o desenvolvimento sustentável? É uma caixa-preta. Vamos abri-la, descobrir o que está lá dentro. O desenvolvimento sustentável é uma de duas coisas: ou é um extrativismo artesanal sem ciência, sem tecnologia, ou é uma variante da economia do conhecimento. A tecnologia, as práticas produtivas e até a ciência básica necessária para manejar de forma sustentável a floresta tropical basicamente não existem. Quase toda tecnologia florestal que existe no mundo evoluiu para manejar as florestas temperadas homogêneas. O desenvolvimento sustentável da Amazônia, se não for um extrativismo artesanal, sem futuro, sem base científica, é uma variante da economia do conhecimento, em que tudo tem de ser construído: a tecnologia, as práticas produtivas, os serviços de extensionismo e até os regimes jurídicos de propriedade. O que eu digo sobre Amazônia poderia ser dito sobre todas as regiões do Brasil, porque uma nova estratégia nacional de desenvolvimento só se efetiva no Brasil quando tocar no chão da realidade regional. Cada uma das regiões é um terreno onde o Brasil tem uma segunda chance para se reinventar, mas sempre de forma distinta. A Amazônia é radicalmente diferente do Nordeste, do Brasil Central, do Sul, mas em cada uma há uma variação do mesmo problema básico. É

necessário reorganizar o desenvolvimento na base desse casamento entre a inteligência e a natureza, e não como temos agora, o divórcio entre inteligência e natureza.

Qualquer enfoque sobre economia e desenvolvimento está relacionado a uma exaustão ideológica no mundo, a uma questão persistente de como interpretar a divisão entre direita e esquerda. Até recentemente no Brasil, quase todos os políticos fingiam ser de centro-esquerda, e o discurso político dominante era o que eu chamei de “Suécia tropical”. A ideia é o social liberalismo, a social democracia, o social cristianismo. E o que é esse social de que os políticos falavam e falam tanto? Social é o açúcar com que se pretende dourar a pílula de um modelo econômico, que gera desigualdades e incapacidades. O Estado vem depois e distribui as sobras dos setores que produzem riqueza para pacificar o povo. No meio tempo, o Brasil mudou. Surgiu uma nova classe de emergentes, uma pequena classe média mestiça, morena, que vem de baixo, grande parte dela evangélica, com a cultura de autoajuda e iniciativa, influenciada pelo protestantismo e cristianismo americanos. É uma pequena classe média diferente da classe média tradicional. Ela não está voltada para a cultura europeia, nem para o emprego público, mas, sim, para os pequenos empreendimentos. Atrás dela está uma multidão de trabalhadores, ainda pobres, que objetivamente não são de nenhuma pequena burguesia, mas que assimilaram a cultura da autoajuda e da iniciativa. Eles não querem esse açúcar. Querem empreender, inovar, construir. Temos de ver outro aspecto dessa questão. O Brasil é característico da situação predominante no mundo. Outro país com uma situação semelhante é a Índia. A maioria das pessoas são pobres e

desorganizadas, porém têm um horizonte que é muito mais pequeno-burguês do que proletário. A aspiração predominante no mundo todo é ganhar um lote de terra, uma loja, um comércio, um pequeno negócio. Esse é o anseio que, por falta de outras opções, descamba para a propriedade familiar isolada e arcaica.

Para que o Brasil vivesse uma arrancada de desenvolvimento, seria necessário envolver essa massa em uma dinâmica de produtividade crescente e inclusiva. Isso se comunica, de uma forma aprofundada e disseminada, com a ideia da economia do conhecimento. Agora vem a outra parte do problema: a massa não faz isso sozinha. Tem de haver algo a mais. E o que tem de haver a mais, a história moderna nos ensina, é uma cisão nas elites, entre os cientistas, as finanças passivas e predatórias e uma contraelite produtivista e nacionalista. Tem de haver uma divisão com o surgimento de uma outra parte capaz de se insurgir e protagonizar uma nova ideia de futuro nacional. Essa contraelite, nas condições brasileiras, tem, então, de abordar aquela massa pobre de orientação pequeno-burguês e lhe oferecer alternativas a essa visão antiga da pequena propriedade familiar isolada e arcaica. Todos os países que nos últimos 200 anos ascenderam ao primeiro plano no mundo – os Estados Unidos no início do século XIX, o Japão em meados do século XIX, depois os Tigres Asiáticos e a China – viveram o mesmo processo. Todos passaram por esse conflito dentro das elites e pelo engajamento de uma grande parte da massa nesse processo de ascensão. Isso teria de ocorrer no Brasil. Mas o que vemos no Brasil é que o rentismo financeiro continua no comando. Essa é a nossa realidade áspera contra a qual temos de nos rebelar para que o Brasil tenha

chance.

Nesse contexto, vamos analisar uma questão fulcral: a compreensão da divisão entre esquerda e direita. A ideia convencional, como se desenvolveu no século XX, é que a esquerda abrange aqueles que dão prioridade à igualdade, contra o pano de fundo das instituições estabelecidas. As forças contestadoras depois da Primeira Guerra Mundial renunciaram à tentativa de reorganizar o mercado e a democracia. Em troca, o Estado, então, ganhou o poder de regular o mercado mais intensivamente, de manejar a economia por políticas contracíclicas – isso foi o keynesianismo – e de atenuar as desigualdades geradas pelo mercado por meio de políticas compensatórias, como os programas que o PT pratica no Brasil. A combinação dessa profissão de fé igualitária com o ceticismo, o agnosticismo ou a facilidade institucional resulta na ideia de que os progressistas são os humanizadores do inevitável. E o instrumento característico deles é a atenuação da desigualdade por políticas retrospectivas de tributação progressiva e de gastos social. Não toca na estrutura. É o que se poderia chamar de igualdade superficial. E a direita é o que é? A direita são os que privilegiam o valor da liberdade contra o mesmo pano de fundo das instituições estabelecidas. Então, vem essa ideia do conflito ideológico: o Estado contra o mercado. É isso que não funciona. Muitos Estados do mundo são governados por social-democratas, desencantados, que dizem: “A verdadeira mudança seria a substituição revolucionária”. Ela não é possível. E, se fosse possível, seria perigosa demais. Então, sobra o caminho de humanizar o mundo por essas políticas que atenuam essas desigualdades

Essa abdicação das forças contestadoras em reorganizar o mercado e a democracia pós-Primeira Guerra provocou desdobramentos. Só para ilustrar a direção da mudança, qual é o novo sentido da divisão entre esquerda e direita, entre conservadores e progressistas? No método, na prática, os conservadores são todos aqueles que admitem o arcabouço institucional herdado, a forma de organizar a democracia e o mercado como o limite, o horizonte. É só dentro desse horizonte que é possível promover seus interesses e ideais. Por sua vez, os progressistas, os transformadores, são aqueles que entendem que devem afirmar seus interesses, seus ideais, atravessando essa fronteira das instituições existentes. Mas, ao contrário dos marxistas, não pensam que esse arcabouço institucional é um sistema indivisível. A mudança estrutural é fragmentária e a crença em uma mudança revolucionária é uma idealização. A mudança estrutural real no mundo e na história ocorre parte por parte, passo por passo. Essa seria uma maneira de reorientar o contraste entre esquerda e direita. Agora, no objetivo, qual é a diferença? A diferença é que os conservadores são todos aqueles que acreditam que é natural que a vida seja pequena, exceto para uma elite de gênios e mentores, de grandes empresários, de santos, de heróis. Mas a vida para as pessoas comuns é e será pequena, a não ser naquelas emergências em que as maiorias são sacudidas; por exemplo, guerras. Então tem que dedicar a vida a um objetivo maior. Os progressistas, os transformadores, seriam aqueles que julgam que não é natural que a vida seja pequena, que o homem e a mulher comum podem; nós podemos juntos buscar a grandeza, desde que a grandeza seja sempre compartilhada. Então, essa ideia de diferença entre direita e esquerda é

como se fosse o paralelo ideológico a essas mudanças que estamos discutindo, como a mudança da nova vanguarda produtiva da economia do conhecimento.

Vamos imaginar especulativamente, no futuro remoto, um sistema em que, aquilo Marx chamava os meios de produção, o capital da sociedade e da tecnologia fosse colocado em fundos. E esses fundos sob regras e formas diferentes fizessem uma espécie de leilão permanente dos meios de produção. Quem usa o capital? Quem usa a tecnologia? Quem usa é quem pode oferecer aos fundos a maior taxa de retorno, usá-los de forma mais eficiente. Ninguém tem a propriedade dos meios de produção. A propriedade é da sociedade, mas os meios de produção são colocados à disposição de quem demonstre que pode usá-los de forma mais eficiente. E eles não podem ser transmitidos por herança. Não são uma propriedade permanente, mas, sim, temporária. A esse sistema se poderia chamar de capitalismo sem capitalista.

Qual é a alternativa? A alternativa é uma ideia de liberdade profunda, não de igualdade profunda. A igualdade profunda seria o cancelamento de todas as desigualdades geradas na democracia e no mercado por um mecanismo radical de redistribuição. Aí ficamos todos pobres, mas todos iguais. Não é isso que os liberais e os socialistas queriam no século XIX. A visão deles não era de igualitarismo imposto. Era uma visão de engrandecimento da humanidade, a ascensão dos homens e das mulheres comuns a um plano mais alto, com uma vida maior, capacitações fortalecidas e uma abrangência mais ampla de vida. Isso exigiria reconstruir o mercado e reconstruir a democracia. Teríamos de

ter uma democracia de alta energia, que não dependesse de crises para propiciar mudanças e uma versão da economia de mercado que desse à maioria acesso aos recursos e às oportunidades.

Olhando a história brasileira como um todo, nós sempre temos tido no país dois grandes partidos de opinião. Um é o que se poderia chamar o partido da onda. Sua ideia é que há uma onda no mundo, a das soluções dominantes, e nós, então, surfamos na onda. A onda indica que a nossa especialidade são recursos naturais. Então, vamos aceitar esse destino e buscar o nosso nicho e vamos esquecer essas ideias de transformação, de revolução e de alternativas. Quase todos os presidentes da República no Brasil foram aderentes ao partido da onda. O outro é o partido dos liberais clássicos, dos socialistas clássicos, como Rui Barbosa. Eu chamaria de partido da mensagem. E o paradoxo é que a mensagem não é uma mensagem. É uma cópia. Nós queremos ser como a Inglaterra, como os Estados Unidos, como a França. Vamos adotar a educação francesa, vamos ser a constituição americana e assim por diante... Nós teríamos de repudiar esses dois partidos, construir um partido de afirmação nacional e buscar nosso caminho próprio a serviço da humanidade. O Brasil ajuda a trazer luz e alento à humanidade à medida que desbrava um caminho, em vez de simplesmente esperar ser ensinado pelos países de referência.

O governo Bolsonaro não fez absolutamente nada, nem uma medida simbólica para mover-se em direção ao que se poderia chamar capitalismo popular. Isto é, um capitalismo a serviço dessa pequena burguesia de emergentes. Isso seria o caminho óbvio para ele. O que ele

fez? Primeiro, colocou a economia sob comando de um funcionário do rentismo financeiro, em vez de fazer o que eu esperava que ele fizesse, ou seja, impor um capitalismo aos capitalistas, radicalizando a concorrência, quebrando os cartéis, a começar pelo cartel bancário. Em segundo lugar, ele dobrou a aposta de Lula nos projetos compensatórios. E, terceiro, Bolsonaro ajudou a mover o debate brasileiro para o terreno das fantasias, das guerras culturais, que foram meramente a imagem reversa da política identitária da esquerda, cheia de mitos, absurdos e disparates ideológicos, como a negação da natureza mestiça do Brasil, a cópia das políticas americanas de ação afirmativa, um absurdo depois do outro. Aí está o Brasil. O PT, com as suas políticas compensatórias, sua acomodação com o rentismo e as suas políticas identitárias, é uma outra versão da mesma coisa. Não são duas coisas diferentes. Não há uma alternativa estrutural oferecida ao país.

Vamos voltar ao passado. Percebam como se construíram os Estados Unidos no início do século XIX, no período entre a independência americana e a guerra civil. Afora a escravatura predominante no Sul, havia dois setores mais importantes da economia americana: a agricultura e as finanças. Quando Tocqueville visitou os Estados Unidos, na década de 1830, só um em cinco homens brancos trabalhava para um outro homem branco. Ou seja: o país todo era de pequenos empreendedores. Esse sonho pequeno-burguês, na sua forma arcaica, era a realidade social. Então, o que eles fizeram na agricultura? Distribuíram as terras, organizaram o extensionismo agrícola, para trazer a ciência ao produtor rural e construíram uma agricultura familiar com atributos empresariais, que era a mais eficiente que havia existido no

mundo. Quando fizeram isso, não estavam regulando as finanças do mercado financeiro, não estavam formulando políticas compensatórias, estavam construindo um tipo de mercado agrícola que nunca havia existido antes. Muito mais importante do que regular ou compensar é reinventar a arquitetura jurídica e institucional da economia no mercado. E nas finanças, o outro setor mais importante, os americanos fizeram algo semelhante. Na presidência de Andrew Jackson, dissolveram o banco nacional, que era um instrumento da plutocracia financeira americana nascente, e por mais de 100 anos proibiram qualquer banco de operar em mais de um Estado da Federação. Ou seja: construíram um sistema de crédito à disposição do pequeno produtor local mais descentralizado que havia existido no mundo até aquele momento. Houve essa democratização seletiva da economia de baixo para cima. E, em cima, prevaleceu o projeto de abrir de construir canais, ferrovias, estradas, literalmente abrir o país, que teria sido um projeto apenas concentrador se não interagisse com essa democratização seletiva. Agora, por que não repetiram isso depois mais tarde, em outros momentos na história americana? Por fraqueza da democracia. O que eles organizaram na Constituição americana não era uma democracia, mas um liberalismo protodemocrático, que deixava o poder na mão de uma elite de notáveis. Os americanos também sacramentaram a forma convencional da economia de mercado. Não entenderam que a economia de mercado não tem uma forma, singular ou necessária, que ela pode tomar muitas formas diferentes.

Olhando para a experiência americana, nós teríamos de fazer o que os Estados Unidos fizeram multiplicado por 100 em todos os setores:

reinventar a forma institucional do mercado e da democracia. Precisamos ter outro tipo de política democrática, que não dependesse de crises para propiciar mudanças. O Brasil é um país sem guerras. Nosso último grande conflito foi a Guerra do Paraguai, que terminou há 170 anos. Então, as democracias ricas do Atlântico Norte dependem das guerras para mudarem. Os europeus só acordam nas guerras; na paz, eles adormecem e resolvem as suas dores com consumo. Nós, mais do que qualquer país comum, precisamos arranjar um substituto funcional para a guerra, construindo uma democracia que não precisa do conflito para mudar. É isso que eu quero: uma democracia de alta energia, que não aceita o dilema do liberalismo constitucional conservador de que ou nós temos uma política fria e institucional ou nós temos uma política calorosa e anti-institucional. Ou seja: por esse dilema, no fim do dia, temos que escolher entre Madison e Mussolini. O esquema constitucional americano é desenhado para deliberadamente perpetuar os impasses, porque Madison queria inibir a transformação da sociedade pela política. Nós teríamos de fazer o oposto. A sociedade segue um determinado rumo, mas permite que partes dela divirjam das soluções predominantes e construam nessa divergência contramodelos do futuro nacional. Uma alternativa só é poderosa quando é encarnada. Esse é o método do profeta. O método do profeta é imaginar uma direção ao futuro, mas ao mesmo tempo dar as primeiras prestações daquele mundo. O único longo prazo que conta é o longo prazo que começa a curto prazo. Todos temos de tocar a ferida para criar. Então, o profeta tem de dar algo tangível. Com isso, nós organizaríamos um outro tipo de democracia. No mundo, hoje, ou temos uma democracia fraca ou temos

uma elite ditatorial, como o partido comunista chinês. Nós podemos ser uma democracia vibrante e calorosa.

As emoções são um tema desprezado pelo pensamento social, pela teoria social, mas absolutamente importante. Uma ideia dominante no pensamento social contemporâneo, entre teóricos como Weber e o próprio Marx, é que, à medida que as sociedades contemporâneas ficam mais livres, elas ficam também mais frias. Nas sociedades pré-democráticas, havia sempre uma combinação de troca e afeto. A cultura da escravatura, inclusive no Brasil, tinha essa marca. Era o que se podia chamar da sentimentalização das trocas desiguais. A ideologia da escravidão é: “Nós somos uma grande família feliz”. A ideia dos tempos pré-democráticos é que a vida era desigual, mas era doce. De alguma forma isso está ligado à ideia brasileira da doçura na vida. Quando as sociedades ficam livres, essa doçura começa a desaparecer. A troca vai para o mercado; o poder e a prepotência, para a política; e o afeto, para a família. Então, aí acontece o drama característico da modernidade: a liberdade vem junto com a frieza. Uma convicção minha muito íntima, muito tenaz, é que o povo brasileiro não quer essa frieza. O Brasil é um país doce e quer continuar sendo doce. Então, nós temos um problema: como nós poderemos ser livres sem deixarmos de ser doces? Qual é a fonte desse ardor? Se ela não é uma irradiação da vida familiar, de onde é que ela vem? Eu acho que ela vem da imaginação. É a imaginação que liga o fogo. Uma economia de conhecimento includente e uma democracia mudancista de alta energia são como as expressões institucionais da imaginação. Daí pode vir o ardor. O povo brasileiro quer que a sua vida institucional seja ardorosa. Esse é um elemento profético

nesta mensagem.

Perguntam se eu sou otimista em relação ao Brasil. Eu sou esperançoso. Esperança não é otimismo. O otimismo é uma previsão, é uma atitude passiva, contemplativa e irônica. Goethe dizia que, quem contempla é sempre fatalista. A esperança é a sombra da ação. Quando nós nos engajamos com a realidade, descobrimos que ela excede contradições. Por isso, que da ação resulta a esperança, e não o oposto. Esperança não é condição da ação; esperança é consequência da ação. A esperança é uma orientação existencial; o otimismo é uma atitude contemplativa. Eu sou esperançoso em relação ao Brasil. Somos um país sincretista. No Brasil, o sincretismo é ao mesmo tempo o problema e a solução, a mistura de tudo com tudo. No Brasil, há uma grande anarquia criadora. No nosso sistema educacional, nós suprimimos essa anarquia criadora, impondo o dogmatismo de um enciclopedismo raso, como se estivéssemos determinados a fazer uma guerra contra nós mesmos. Precisamos transformar o espontaneísmo inculto do povo brasileiro em flexibilidade preparada.

*DEPOIMENTO A LUIZ CESAR FARO*

[unger@law.harvard.edu](mailto:unger@law.harvard.edu)



**FIQUE POR DENTRO**  
Cadastre-se na Newsletter

Email

EN  
VIA  
R

Quem somos

Articulist

Artigos

Edições

Podcast

Apoiadores

Multimídia

– Foro

– Livro

– Na mídia

Contato

Acompanh  
e a  
Inteligência  
nas redes  
sociais



Parceria



© **INTELIGÊNCIA** | © UM PROJETO INSIGHT COMUNICAÇÃO |

[POLÍTICA DE PRIVACIDADE](#)

© **INTELIGÊNCIA**

© UM PROJETO INSIGHT COMUNICAÇÃO

[POLÍTICA DE PRIVACIDADE](#)

